ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Deliberação n.º 17/2009 de 28 de Outubro de 2009

1 - Considerando que Anabela Pereira da Cunha Machado, coordenadora técnica da carreira de assistente técnico do mapa de pessoal da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, exerce no Sector Financeiro, com carácter permanente e efectivo, funções na área de tesouraria e cobrança, nomeadamente tendo à sua guarda valores, numerário e outros documentos relacionados, sendo pelos mesmos responsável;

2 - Considerando que Délcio de Oliveira Correia, ocupa no mesmo mapa de pessoal, o posto de assistente técnico, da carreira geral de assistente técnico, e exerce no Sector Financeiro, com carácter não permanente e em regime de substituição, as referidas funções na área de tesouraria e cobrança;

3 - Considerando que aos trabalhadores que manuseiem ou tenham à sua guarda, nas áreas de tesouraria ou cobrança, valores, numerário, títulos ou documentos, sendo por eles responsáveis, é atribuído o direito a um suplemento remuneratório, designado "abono para falhas", de acordo com o estatuído no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de Janeiro, com a redacção que lhe conferiu a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

4 - Assim, o Conselho Administrativo, no âmbito da competência que lhe é conferida para assegurar a gestão financeira da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de acordo com a alínea a) do artigo 17.º da Orgânica dos Serviços da ALRAA, aprovada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de Dezembro, reconhece o direito à atribuição do suplemento remuneratório designado "abono para falhas", a Anabela Pereira da Cunha Machado, coordenadora técnica da carreira de assistente técnico, em exercício de funções na área de tesouraria e cobrança, no Sector Financeiro da ALRAA, o qual será apenas devido quando haja efectivo exercício de funções e enquanto perdurarem as condições que determinam a sua atribuição, de acordo com o previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 73.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à Região Autónoma dos Açores, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de Julho.

5 - é de igual modo reconhecido o direito à atribuição de um suplemento remuneratório designado "abono para falhas", a Délcio de Oliveira Correia, assistente técnico, da carreira geral de assistente técnico, em exercício de funções no Sector Financeiro, sempre que, por motivo de impedimento temporário da titular do direito ao abono, o interessado a substitua no exercício efectivo das suas funções, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de Janeiro, e nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 73.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à Região Autónoma dos Açores, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de Julho.

6 - O montante pecuniário do presente "abono para falhas", é o que se encontra fixado na portaria referida no n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conforme estabelece o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de Janeiro, com a redacção que lhe conferiu a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

7- O presente despacho produz efeitos a 1 de Janeiro de 2009, pelo facto dos dois trabalhadores em apreço se encontrarem nessa data nas condições para o reconhecimento do presente direito à atribuição do suplemento remuneratório designado "abono para falhas".

14 de Setembro de 2009. - A Presidente do Conselho Administrativo da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, *Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa*.